

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.949, DE 2005

Denomina Campus Universitário Professor Celso Muller do Amaral, o Campus Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

**Autor:** Deputado GERALDO RESENDE

**Relator:** Deputado NELSON TRAD

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado GERALDO RESENDE, tendo por objetivo denominar Campus Universitário Professor Celso Muller do Amaral, o Campus Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Mato Grosso do Sul.

Conforme destaca o eminente autor da proposição, Celso Muller do Amaral foi um dos primeiros educadores a exercer suas atividades em Dourados/MS, ministrando aulas em diversas escolas da cidade. Liderou o movimento para implantação do primeiro ginásio estadual do município, construído em área por ele doada. Como deputado estadual, defendeu a criação do curso de agronomia em Dourados, o qual foi construído em terreno doado por seu pai, que faz parte, hoje, do *campus* de Dourados da Universidade de Mato Grosso do Sul. Falecido em 2000, deixou grandes conquistas para Dourados, que justificam a homenagem ora prestada.

O projeto foi inicialmente apreciado, quanto ao mérito, na Comissão de Educação e Cultura, onde foi aprovado *in totum*.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao presente projeto nesta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.949, de 2005, a teor do disposto no art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria em apreço é da competência privativa da União, por se tratar de bem a ela pertencente (*campus* de universidade federal), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção presidencial (art. 48 – CF), sendo a iniciativa parlamentar legítima.

A proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

No que tange à juridicidade, o projeto harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente, não havendo qualquer impedimento à sua aprovação integral.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao projeto, estando o mesmo de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107/01.

*Ex positis*, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.949, de 2005.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado NELSON TRAD  
Relator